

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

|                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>PROCESSO:</b>                        | 02157/2023-TCERO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>JURISDICIONADO:</b>                  | Câmara Municipal de Ji-Paraná                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>CATEGORIA:</b>                       | Acompanhamento de Gestão                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>SUBCATEGORIA:</b>                    | Tomada de Contas Especial                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>ASSUNTO:</b>                         | Tomada de Contas Especial, convertida por meio da DM-00010/25-GCPCN-Decisão Inicial, instaurada em virtude de Monitoramento do Acórdão APL-TC 00108/23, prolatado no processo PCe n. 02852/2022, que tratou de Inspeção Especial realizada na Câmara Municipal de Ji-Paraná-RO, resultando na expedição de determinações para apuração de possível dano ao erário relacionado às despesas com diárias e passagens aéreas durante o exercício de 2022. |
| <b>MOMENTO DA FISCALIZAÇÃO:</b>         | Posterior                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>VOLUME DE RECURSOS FISCALIZADOS:</b> | R\$ 508.583,10 (quinhentos e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e dez centavos) <sup>1</sup>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>RELATOR:</b>                         | Conselheiro Paulo Curi Neto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

## **RELATÓRIO TÉCNICO**

### **1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Trata-se de Tomada de Contas Especial, convertida por meio da DM-00010/25-GCPCN-Decisão Inicial, instaurada em virtude de Monitoramento do Acórdão APL-TC 00108/23, prolatado no processo PCe n. 02852/2022, que tratou de Inspeção Especial realizada na Câmara Municipal de Ji-Paraná-RO, resultando na expedição de determinações para apuração de possível dano ao erário relacionado às despesas com diárias e passagens aéreas durante o exercício de 2022.

### **2. HISTÓRICO**

2. A presente TCE decorre do Processo PCe n. 02852/2022/TCER-RO, que trata de Inspeção Especial realizada na Câmara Municipal de Ji-Paraná-RO, tendo por objeto a verificação da conformidade das despesas com concessão de diárias e aquisições de passagens aéreas, atinentes ao exercício de 2022.

---

<sup>1</sup> Conforme relatório técnico, referente ao processo n. 02852/22 (ID 1340412).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

3. O Corpo Técnico emitiu relatório de cumprimento de decisão (ID 1658033), considerando não cumpridas a determinações constantes dos itens I e item II “a” do Acórdão APL-TC 00108/23 (ID 1432564), referente, respectivamente, a adoção de medidas para apurar eventual dano nas concessões de diárias e nas despesas com passagens, pertinentes ao exercício de 2022; e a apresentação, no prazo inicial de 60 (sessenta), a revisão da regulamentação do processo de concessão de diárias.
4. Lado outro, o Corpo Técnico, considerou cumprida a determinação constante do item II “b” do acórdão em referência (ID 1432564, pág 2), para regulamentar e apresentar ao Tribunal de Contas o fluxograma do processo de aquisição de passagens aéreas.
5. Ainda, considerou parcialmente cumprida a determinação constante do item II “c”, do Acórdão APL-TC 00108/23, para que, inicialmente, em 60 (sessenta) dias, procedesse a instauração de processo administrativo e apresentasse o resultado (conclusivo), para apuração de possível conduta comissiva ou omissiva do gestor e fiscal dos contratos relativos ao fornecimento de passagens aéreas, referente ao período de 01/01 a 20/12/2022.
6. Mais adiante, vieram aos autos parecer ministerial (ID 1693223), no qual o MPC, em sua conclusão, opinou pelo reconhecimento do cumprimento do item II, “b”; pelo cumprimento parcial do item II, “c” e; não cumprimento dos itens I e II, “a”, todos do Acórdão APL-TC 00108/23. Por fim, o Ministério Público de Contas sugeriu a aplicação de multa prevista no art. 55, IV, da Lei Complementar nº 154/1996, aos Senhores Welinton Poggere Góes da Fonseca e Marcelo José de Lemos, em razão do descumprimento das determinações.
7. Após, foi prolatada Decisão Monocrática n. 00010/25-GCPCN (ID 1698787), que considerou: I) **cumprida** a determinação constante do item II, alínea “b”, do Acórdão APL-TC 00108/23 (ID=1432564); II) **parcialmente cumprida** a determinação constante do item II, alínea “c”, do Acórdão APL-TC 00108/23; **III) não cumpridas as determinações constantes do item I e do item II, alínea “a”, do Acórdão APL-TC 00108/23** e; IV) reiterou a determinação constante no item II, alínea “c”, do Acórdão APL-TC 00108/23 (processo 02852/2022/TCERO).
8. Além disso a Decisão Monocrática n. 00010/25-GCPCN converteu o feito em Tomada de Contas Especial e ordenou o retorno dos autos à Secretaria Geral de Controle Externo para que, com esteio no art. 1º da Resolução n. 387/2023/TCE-RO, promova a necessária complementação da instrução, de modo a:
- a) identificar os ordenadores de despesa de todos os atos irregulares de concessão de diárias e de aquisição de passagens

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

aéreas efetuados na Câmara Municipal de Ji-Paraná durante o exercício de 2022, caracterizando as condutas praticadas por esses agentes e demonstrando o nexo de causalidade com os ilícitos administrativos apurados;

b) identificar os beneficiários dos atos de gestão mencionados na letra “a” supra, caracterizando suas condutas de modo a estabelecer sua eventual responsabilidade solidária;

c) caracterizar as condutas dos senhores Welinton Poggere Goes da Fonseca, CPF n. \*\*\*.525.582-\*\*, e Marcelo José de Lemos, CPF n. \*\*\*.442.942-\*\*, indicados no cabeçalho desta decisão, de modo a estabelecer sua eventual responsabilidade solidária;

d) promover a correta quantificação do potencial dano ao erário causado pelos atos de gestão mencionados na letra “a” supra;

9. Em seguida, embora intempestivamente, os responsáveis protocolaram aos autos documento denominado Procedimento Administrativo Antecedente a Tomada de Contas, contendo diversos anexos<sup>2</sup>.

10. Em atendimento ao comando contido no item VI, Decisão Monocrática n. 00010/25-GPCPN, os autos vieram a esta Unidade Técnica para emissão do relatório de complementação da instrução.

### **3. ANÁLISE TÉCNICA**

11. A presente instrução tem por finalidade identificar os elementos caracterizadores de dano ao erário (irregularidade, responsáveis e quantificação do dano), em atendimento ao item VI da DM 0010/2025-GPCPN.

#### **3.1. Da quantificação do dano nas concessões de diárias**

12. Antes de adentrarmos na análise da quantificação do potencial dano ao erário causado pelos atos de gestão mencionados na letra “a”, VI, da Decisão Monocrática n. 00010/25-GPCPN, algumas considerações acerca do processo 02852/2022/TCER-RO merecem destaque. Explico.

13. O processo originário, citado supra, tratava-se de inspeção especial realizada na Câmara Municipal de Ji-Paraná, visando avaliar a conformidade da execução das despesas com concessão de diárias e aquisições de passagens aéreas referente ao exercício de 2022.

14. A fiscalização teve como objeto as despesas empenhadas e liquidadas, no período de 01/1 a 20/12/2022, com concessão de diárias (R\$

---

<sup>2</sup> Documento sob o Nº 00824/25 da subcategoria Encaminha Documentos 2025, referente a(o) Câmara Municipal de Ji-Paraná, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por DELAIAS SOUZA DE JESUS CPF n. \*\*\*.654.289-\*\*.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

346.850,00) e aquisição de passagens aéreas (R\$ 161.733,10), totalizando o valor de R\$ 508.583,10, representando 3,89% das despesas empenhadas neste período (R\$ 13.088.599,51).

15. Para a realização da avaliação, a equipe de fiscalização utilizou, para as despesas com concessão de diárias, os critérios contidos na resolução n. 170/2016 da Câmara Municipal de Ji-Paraná.

16. Já para as despesas com aquisição de passagens aéreas, a equipe técnica utilizou a Lei n. 8.666/1993 e Lei n. 10.520/2002, bem como os contratos para avaliação da execução da despesa.

17. É importante consignar que, a época da fiscalização, a resolução n. 170 de 20 de dezembro de 2016, balizava os critérios para a concessão e prestação de contas no âmbito da câmara municipal.

18. De acordo com tal normativo municipal, “*fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder diária ao vereadores e servidores da Câmara Municipal de Ji-Paraná, que necessitar se deslocar da sede do município para outra localidade do território nacional a serviço e no interesse da Administração em caráter eventual ou transitório.*”

19. Visando avaliar a aderência das concessões de diárias com norma vigente a época, resolução 170 de 20 de dezembro de 2016, a equipe de fiscalização analisou 38 (trinta e oito) concessões de diárias do universo de 198 concessões do período de 01/1 a 20/12/2022.

20. Segundo o resultado da avaliação, (ID 1340412, referente ao processo n. 02852/2022/TCER-RO), restou evidenciado que:

não foi possível identificar a finalidade pública a que o pedido de diárias se vinculava; a compatibilidade entre o pedido e a meta/planejamento/programa do setor ao que o beneficiário da diária é lotado; a ação não era compatível com a lotação do beneficiário; e, não foi possível identificar convergência da ação com o cargo ou função do servidor.

[...]

21. Consoante o relatório técnico, as situações encontradas contrariavam as disposições do art. 1º, §2º da resolução 170/2022, que exigia que fosse demonstrado o notório interesse público da ação (à serviço, participação de cursos de capacitação profissional) para a realização da concessão.

22. Por fim, o Corpo Técnico consignou que:

[...]

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8

Em nossa opinião a principal causa das situações identificadas está relacionada, a falta de evidenciação (motivação) e avaliação criteriosa pelo ordenador para autorização das concessões, avaliando não só a necessidade do deslocamento, como também a aderência aos objetivos e metas da unidade e a relação custo-benefício do deslocamento.

23. Pois bem.

24. Depreende-se do gráfico 1, anexado ao Relatório Técnico (ID 1340412, pág. 3, referente ao processo n. 02852/22), que o resultado da avaliação realizada pela equipe de fiscalização, falta de evidenciação da finalidade pública nas concessões das diárias, se deu, em especial por quatro questões, a saber: *“Justificou a necessidade da concessão evidenciando a finalidade; Informou o alinhamento com o planejamento do setor; Objetivo da ação compatível com o setor de lotação do beneficiário?; Objetivo da ação compatível com o cargo/função do beneficiário?”*

25. Na mesma esteira, seguiu o MPC (ID 1366171):

[...]

Das defecções evidenciadas no relatório técnico, acima destacadas, sobressaem aquelas atinentes à ausência de finalidade pública dos dispêndios e falhas na liquidação da despesa. Em ambos os casos, está-se diante de possível ocorrência de dano ao Erário.

Note-se que a inexistência de finalidade pública dos deslocamentos configura lesão aos cofres públicos, gerando o dever de ressarcimento dos agentes favorecidos com as diárias em solidariedade com os responsáveis pela autorização ou supervisão faltosa.

[...]

26. É importante registrar que até a data de publicação da DM-00010/25-GPCN-Decisão Inicial (ID 1698787, referente ao processo n. 02157/2023), não havia nos autos a documentação (no todo ou em parte) que serviu de base à averiguação desenvolvida pela equipe de auditoria.

27. Entretanto, embora intempestivamente, os responsáveis anexaram aos autos *“RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO QUE ANTECEDE A TOMADA DE CONTAS ESPECIAL PARA APURAR A LEGALIDADE DOS ATOS DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGEM AÉREA”* (ID 1710993), destacando que:

[...]

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

Todos os processos de diárias analisados foram para proporcionar viagens para vereadores e servidores para fora do Estado de Rondônia e também dentro do estado, sendo que todas estas foram autorizadas, realizadas e estão com prestação de contas aprovadas e arquivadas.

Salientamos que das concessões de diárias realizadas, apenas 1 (um) caso não demonstrou correlação entre o motivo do deslocamento e a função/atribuição do cargo que exercia no momento da concessão da diária, conforme Processo Administrativo n. 111/2022, do servidor Igor Pinho Barbosa. Contudo, foi observado que a prestação de conta desse caso foi aprovada e arquivada.

Visando a aderência das concessões de diárias com a norma vigente, da resolução 170 de 20 de dezembro de 2016, analisamos uma amostra estatística de 50 concessões de diárias de maior valor (20,24% do total), entre o período de 01/1 a 20/12/2022.

[...]

28. Segundo a comissão, da análise amostral (50 processos), foi possível observar o seguinte resultado: 40 processos com concessão de diárias satisfatórias; 09 processos com diárias parcialmente satisfatórias; e 01 processo com diárias insatisfatórias (ID 1710988).

29. Por fim, nos termos do relatório final da comissão (ID 1710993, pág. 13), concluiu-se que:

[...]

Todos os processos de diárias analisados foram para proporcionar viagens para vereadores e servidores para fora do Estado de Rondônia e também dentro do estado, sendo que todas estas foram autorizadas, realizadas e estão com prestação de contas aprovadas e arquivadas.

Salientamos que das concessões de diárias realizadas, apenas 1 (um) caso não demonstrou correlação entre o motivo do deslocamento e a função/atribuição do cargo que exercia no momento da concessão da diária, conforme Processo Administrativo n. 111/2022, do servidor Igor Pinho Barbosa. Contudo, foi observado que a prestação de conta desse caso foi aprovada e arquivada.

Visando a aderência das concessões de diárias com a norma vigente, da resolução 170 de 20 de dezembro de 2016, analisamos uma amostra estatística de 50 concessões de diárias de maior valor (20,24% do total), entre o período de 01/1 a 20/12/2022.

[...]

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

30. Dos 50 processos da amostra selecionada pela comissão de TCE, analisamos 26 (vinte e seis) deles, os quais foram juntados ao PCE<sup>3</sup>. A análise desses processos demonstra que:

- a) nos processos haviam o nome do beneficiário e seu cargo e/ou função (art. 2º, § 1º, da Res. 170/2016);
- b) existia o motivo do deslocamento (art. 1º, §2º, da Res. 170/2016);
- c) havia a descrição do objetivo da viagem (art. 2º, § 1º, da Res. 170/2016);
- d) o requerimento continha data e hora de partida e retorno, quantidade de diárias, meio de locomoção, resumo dos objetivos da viagem, assinatura do agente político/público e autorização (art. 2º, §1º, da Res. 170/2016);
- e) havia correlação entre deslocamento e atribuições do cargo/mandato (art. 2º, § 2º, I, Res. 170/2016).

31. Como exemplo, cita-se a análise de alguns processos de concessões de diárias:

**a) processo n. 370/2022 (ID 1749901)**

- Requerente: RONALDO BATISTA ALEXANDRE;
- Cargo/Função: Chefe de gabinete;
- Motivo do deslocamento: deslocamento para participação em curso de capacitação profissional;
- Objetivo do deslocamento: participação no curso completo da nova lei de licitações e contratos- lei nº 14.133/2022, onde iremos nos atualizar em alguns módulos do curso, sendo: introdução ao processo de contratação, fase preparatória, fase de seleção (licitação), fase de contratação, oficinas práticas e simulação das licitações eletrônicas;
- Data de saída e retorno: 11/12/2022 e 17/12/2022;

---

<sup>3</sup> Processos coletados durante a inspeção especial (IDs 1749711, 1749712, 1749713, 1749718, 1749724, 1749736, 1749737, 1749739, 1749740, 1749752, 1749753, 1749754, 1749755, 1749756, 1749757, 1749758, 1749759, 1749760, 1749761, 1749762, 1749763, 1749775, 1749776, 1749901, 1749973 e 1749987).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

- Destino: Aracaju/SE;
- Valor recebido: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**b) processo n. 387/2022 (ID 1749973)**

- Requerente: RUSENILDA FARIAS DE ALMEIDA AGUIAR;
- Cargo/Função: Agente de contratação;
- Motivo do deslocamento: Deslocamento para participação em curso de capacitação profissional;
- Objetivo do deslocamento: Participação no curso completo da nova lei de licitações e contratos- lei nº 14.133/2022 -, onde iremos nos atualizar em alguns módulos do curso, sendo: introdução ao processo de contratação, fase preparatória, fase de seleção (licitação), fase de contratação, oficinas práticas e simulação das licitações eletrônicas.;
- Data de saída e retorno: 11/12/2022 e 17/12/2022;
- Destino: Aracaju/SE;
- Valor recebido: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**c) processo n. 360/2022 (ID 1749775)**

- Requerente: WELINTON POGGERE GOES DA FONSECA;
- Cargo/Função: Vereador (Presidente da Câmara Municipal);
- Motivo do deslocamento: Viagens junto a órgãos públicos e de interesses gerais, sejam eles sociais, legislação, inclusive de caráter político onde haja notório interesse público;
- Objetivo do deslocamento: Participação em encontros e reuniões;
- Data de saída e retorno: 22/11/2022 e 27/11/2022;
- Destino: Brasília/DF;
- Valor recebido: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

**d) processo n. 362/2022: (ID 1749776)**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE  
Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8

- Requerente: TATIANE MOURA DA SILVA;
- Cargo/Função: Ouvidora;
- Motivo do deslocamento: Deslocamento para participação em curso de capacitação profissional;
- Objetivo do deslocamento: Participar do 15º seminário nacional ouvidores e ouvidorias (direitos da cidadania, proteção de dados e controle social);
- Data de saída e retorno: 27/11/2022 e 02/12/2022;
- Destino: São Paulo/SP;
- Valor recebido: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

32. Como é possível observar, da transcrição acima, a concessão das diárias aos servidores atendeu aos requisitos gerais existentes na Resolução n. 170/2016, arts. 2º e 3º, da Câmara Municipal de Ji-Paraná (legislação vigente a época dos fatos), principalmente no que tange aos elementos que poderiam causar dano ao erário, a saber: *“Justificou a necessidade da concessão evidenciando a finalidade; Informou o alinhamento com o planejamento do setor; Objetivo da ação compatível com o setor de lotação do beneficiário?; Objetivo da ação compartilhável com o cargo/função do beneficiário?”*

33. Em apertada síntese, após a análise dos autos, esta Unidade Técnica, em relação às diárias, compreende que:

- Amostra analisada: 50 processos, selecionados por valor significativo (técnica de Pareto, representando 20,24% do total de 247 concessões, equivalentes a R\$ 346.850,00).
- Critérios de análise: Baseados na Resolução 170/2016-TCE/RO, observando aspectos formais da concessão, legalidade dos atos, correlação com atribuições e prestação de contas.
- Resultado: Todos os processos auditados apresentaram documentação adequada e prestação de contas arquivadas.
- Exceção: Processo nº 111/2022, do servidor Igor Pinho Barbosa, que não apresentou correlação direta entre a diária e suas atribuições na época da concessão.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

Contudo, a prestação de contas foi aprovada e o curso posteriormente aproveitado em função compatível.

34. Assim, considerando os elementos apurados, não se verificou ocorrência de dano ao erário público, haja vista que as concessões analisadas observaram, em sua ampla maioria, os critérios normativos vigentes.

35. Ademais, as falhas de natureza formal foram pontuais e não comprometem, por si só, a finalidade pública ou a legalidade dos atos.

### **3.2. Da quantificação do dano com aquisição de passagens aéreas**

36. Em relação às aquisições de passagens aéreas, ao longo do exercício de 2022, segundo pontuou o corpo técnico, em seu relatório inicial (ID 1340412 referente ao processo n. 02852/2022), a Câmara Municipal de Ji-Paraná realizou a compra de passagens aéreas por intermédio das seguintes empresas: (i) Fly Operadora e Agência de Viagens EIRELI, CNPJ: 14.335.618/0001-17; e (ii) Andrea Gadelha Menezes Freitas EIRELI, CNPJ: 19.387.012/0001-49.

37. O Corpo Técnico, a época da fiscalização, analisou os processos de contratação dos dois contratos vigentes no período e testou 9 (nove) liquidações da amostra de compra de passagens aéreas do total de 21 liquidações, referente ao período de 01/01 a 20/12/2022.

38. A equipe de fiscalização concluiu que:

[...]

Em relação ao certame licitatório dos contratos vigentes, com base nos procedimentos aplicados e no escopo selecionado para a análise, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as contratações das empresas Fly Operadora e Agência de Viagens (Contrato n. 010/2021) e Andrea Gadelha Menezes Freitas (Contrato n. 193/2022) não foram regulares, de acordo com as disposições da Lei n. 8.666/1993 e Lei n. 10.520/2002.

Já quanto a execução dos contratos, de início, evidenciamos que não há na Câmara norma que regulamente o fluxograma do processo, as atividades, os controles e os responsáveis pelas atividades de aquisição de passagens aéreas, prejudicando, assim, o controle e a fiscalização dos processos.

[...]

39. Ainda, o Corpo Técnico sintetizou o resultado da avaliação dos processos de aquisição de passagens no seguinte gráfico (ID 1340412, pág. 5, referente ao processo n. 02852/2022):

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

Gráfico 2. Resultado da avaliação dos processos de aquisição de passagens.



Fonte: Análise Técnica.

40. Nos termos do gráfico acima, o Corpo Técnico concluiu que (ID 1340412, pág. 5 - 6, referente ao processo n. 02852/2022):

- (a) Ausência de justificativa da necessidade de aquisição da passagem evidenciando a finalidade pública do deslocamento em 89% da amostra;
- (b) Ausência de autorização prévia do ordenador de despesa para a realização da compra em 22% da amostra;
- (c) Falta de planejamento mínimo para aquisições das passagens, em 67% da amostra esse prazo foi inferior a 15 dias, sem nenhuma justificativa da situação imprevisível (emergência);
- (d) Ausência de cotação de preços para verificar se as passagens emitidas pelas empresas contratadas foram adquiridas a valor de mercado, em 78% da amostra;
- (e) Ausência de critérios e de evidência de que as passagens emitidas são de fato a mais vantajosa para a administração pública, em 100% da amostra;
- (f) Ausência de certificação dos termos contratuais para a realização dos pagamentos, em 02 liquidações das 9 analisadas

41. Pois bem.

42. Para análise das passagens aéreas, a comissão, considerou os processos administrativos n. 010/2021 e n. 193/2022, destacando os bilhetes de maior custo, utilizando a Regra de Pareto para seleção da amostra, elegendo os 50 processos de concessão de diárias de maior valor (20,24% do total).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

43. Com base no relatório da Sindicância n. 574/2023 (ID 1710993), foram identificadas falhas formais em parte dos processos, como planejamento mínimo para emissão das passagens.

44. Apesar disso, todos os bilhetes foram emitidos para viagens efetivamente realizadas, com prestação de contas arquivada, não tendo sido identificado, pela comissão, desvio de finalidade nem dano material ao erário. Apurou-se que (ID 1710993):

- a) Todas as viagens foram efetivamente realizadas, em atendimento a demandas institucionais.
- b) As passagens referem-se a deslocamentos de vereadores e servidores em concomitância com diárias regularmente concedidas.
- c) As prestações de contas foram apresentadas e arquivadas.
- d) A inexistência de instrução normativa interna à época impossibilita imputação de descumprimento de norma específica quanto ao prazo de solicitação ou cotação prévia.
- e) O fiscal do contrato, servidor Márcio Barbosa Vitória, alegou que a limitação de voos partindo de Ji-Paraná restringia a possibilidade de pesquisa de preços, sendo prática usual a emissão direta pela única opção disponível no mercado.

45. Assim como nas concessões de diárias, esta Unidade Técnica realizou diligências e trouxe aos autos os processos administrativos n. 010/2021 e n. 193/2022.

46. Após detida análise, infere-se que os procedimentos de emissão de passagens aéreas continham: solicitação emitida pelo interessado; autorização da autoridade competente; necessidade / finalidade da viagem; fatura e/ou nota fiscal.

47. A título de exemplo, colaciona-se a passagem emitida ao Vereador Gilberto Wosniach (ID 1760083), que ocorreu no período de 06 a 11.11.2022, com destino à Brasília/DF, no valor de R\$ 4.794,91 (quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais e noventa e um centavos).

48. Da mesma forma, ocorreu com a passagem emitida ao Vereador Joziel Carlos de Brito (ID 1760083), que ocorreu no período de 05 a 10.06.2022, com destino à Brasília/DF, no valor de R\$ 2.796,61 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e sessenta e um centavos).

49. É importante registrar que as justificativas e motivos da viagem são realizados nos processos de solicitação de diárias correspondentes.

50. Além disso, identificou-se que todas as passagens concedidas no período avaliado foram para proporcionar viagens aos vereadores e servidores que

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

estavam de diária para fora do Estado de Rondônia, sendo que todas estas foram autorizadas, realizadas e estão com prestação de contas aprovadas e arquivadas, conforme mencionado no relatório final da comissão que antecede a tomada de contas especial para apurar a legalidade dos atos de concessão de diárias e passagem aérea (ID 1710993).

51. Cabe ressaltar que, no que tange a apuração das passagens aéreas, não havia a época, nenhuma normatização que regulasse o período mínimo a ser observado para a emissão de passagens aéreas.

52. De mais a mais, é de conhecimento público que companhias aéreas (em especial as empresas Gol e Azul) diminuíram a oferta de voos para os aeroportos localizados em Rondônia, alegando como causa o alto índice de judicialização no estado, o que aumentou, a partir de então, o custo médio das passagens<sup>4</sup>.

53. Além do mais, não há nos autos elementos suficientes que possam demonstrar que as passagens emitidas estavam com valores acima do preço de mercado.

54. Assim, em consonância com a conclusão contida no relatório da comissão, esta Unidade Instrutiva não identificou elemento capaz de demonstrar que as aquisições não tenham sido realizadas no atendimento do interesse do público e que essas aquisições não tenham sido feitas a preço de mercado ou que a compra não tenha sido a mais vantajosa para a Administração.

55. Por fim, no que tange à determinação inserta no item II, alínea “c”, do Acórdão APL-TC 00108/23, os responsáveis anexaram aos autos relatório final da comissão de sindicância (ID 1710990, pg. 15-26).

#### **4. CONCLUSÃO e PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

56. Diante do exposto acima, considerando a **inexistência de dano** ao erário e a ausência de identificação prévia de **responsáveis** a quem se possa atribuir o julgamento das contas, propõe-se ao Conselheiro Relator:

5.1. **Considerar** cumprida a determinação constante do item II, “c” do Acórdão APL-TC 00108/23;

5.2. **Extinguir o processo, sem resolução do mérito**, ante a ausência de pressuposto essencial de constituição válida e regular do processo, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil, aplicado

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.rondoniaovivo.com/noticia/geral/2023/12/15/pesado-rondonia-tem-passagem-aerea-mais-cara-do-brasil-segundo-anac.html>

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**Secretaria Geral de Controle Externo – SGCE**  
**Coordenadoria Especializada de Controle Externo 8 – Cecex8**

subsidiariamente ao feito, consoante o disposto no art. 99-A da Lei Complementar 154/96;

**5.3. Arquivar os autos** após as medidas processuais de praxe.

Porto Velho-RO, 21 de maio de 2025.

Elaboração:

**Alexandre Costa de Oliveira**  
Auditor de Controle Externo  
Matrícula n. 552

Supervisão:

**Alicio Caldas da Silva**  
Auditor de Controle Externo  
Assessor – Portaria 088/2024

**Wesler Andres Pereira Neves**  
Auditor de Controle Externo  
Coordenador – Portaria 100/2024

Em, 21 de Maio de 2025



ALEXANDRE COSTA DE OLIVEIRA  
Mat. 552  
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO

Em, 22 de Maio de 2025



WESLER ANDRES PEREIRA NEVES  
Mat. 492  
COORDENADOR

Em, 22 de Maio de 2025



ALICIO CALDAS DA SILVA  
Mat. 489  
COORDENADOR DA COORDENADORIA  
ESPECIALIZADA DE CONTROLE  
EXTERNO 8